

Cuidado e assistência à mulher em situação de violência: a construção de um protocolo intersectorial no município de Capão Bonito – SP

Care for women experiencing Violence: the development of an Intersectoral protocol in Capão Bonito, São Paulo, Brazil

Atención a mujeres en situación de violencia: construcción de un protocolo intersectorial en el municipio de Capão Bonito, São Paulo, Brasil

Josiane de Almeida Queiroz

Mestre em Saúde da família pela Universidade Federal de São Paulo, Enfermeira e Bióloga, atua como Enfermeira pela Prefeitura Municipal de Capão Bonito e como Bolsista Especialista em Violências pelo Núcleo de Saúde Digital da Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil; E-mail: josianeqzm1@gmail.com; ORCID: 0009-0005-8273-7261

Claudia Fegadolli

Doutora em Enfermagem em Saúde Pública pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP) e Pós-doutorado em Saúde Coletiva pela UNIFESP. Docente na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), campus Diadema. Programa de Mestrado Profissional em Saúde da Família. Diadema, SP, Brasil; E-mail: cfegadolli@unifesp.br; ORCID: 0000-0002-2991-0206

Contribuição dos autores: JAQ foi responsável pela produção de dados, análise e condução do estudo e redação do manuscrito, enquanto CF participou das análises, discussão dos dados e orientação do artigo. Também realizou a revisão final. Ambas se responsabilizam pelo conteúdo do artigo.

Conflito de interesses: Os autores declaram não possuir conflito de interesses.

Fontes de financiamento: Próprio.

Recebido em: 01/06/2025

Aprovado em: 27/11/2025

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar a construção participativa de um protocolo intersetorial de cuidado e assistência à mulher em situação de violência, envolvendo os setores da saúde, assistência social e jurídica, além de apoio comunitário. Mostra o processo de construção e ativação de rede de serviços públicos para possibilitar o cuidado e a assistência integral às mulheres em situação de violência no município de Capão Bonito, São Paulo. O método da intervenção inspirada na pesquisa-ação incluiu oficinas, entrevistas e trabalho de conciliação e sistematização das propostas elaboradas por trabalhadores da rede e por membros da sociedade representada em conselhos. Entrevistas com mulheres que sofreram violência também contribuíram para a proposta de rede e do protocolo. Foi possível construir um desenho de rede pactuado com os participantes, que foi organizado em um protocolo de apoio e assistência às mulheres em situação de violência, contendo definição de papéis e formas de atuação de serviços e de trabalhadores. A rede e o protocolo foram divulgados por meio de material didático e de eventos para toda a população. Estão previstos cursos de formação para os trabalhadores, a fim de orientar e qualificar a implementação do protocolo.

Palavras-chave: Rede Intersectorial; Violência contra a mulher; Assistência Integral à Saúde; Serviços de Saúde.

Abstract: This paper aims to present the participatory construction of an intersectoral care and assistance protocol for women in situations of violence, involving the health, social and legal assistance sectors, in addition to community support. It shows the process of building and activating a network of public services to enable comprehensive care and assistance for women in situations of violence in the municipality of Capão Bonito/SP. The method action research included workshops, interviews and conciliation work and systematization of proposals from network workers and the society represented in councils. Interviews with women who suffered violence also contributed to the network and protocol proposal. It was possible to build a network design agreed with the participants, which was organized into a support and assistance protocol for women in situations of violence, containing a definition of roles and forms of action for services and workers. The network and protocol were disseminated through educational material and events for the entire population. Training courses are planned for

workers, in order to qualify and improve the implementation of the protocol, in order to guarantee the quality of services, expanding and qualifying their response capacity.

Keywords: Intersectoral Network; Violence against women; Comprehensive Health Care; Health Services.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo presentar la construcción participativa de un protocolo intersectorial de atención y atención a mujeres en situación de violencia, involucrando a los sectores de salud, asistencia social y jurídica, además del apoyo comunitario. Muestra el proceso de construcción y activación de una red de servicios públicos para permitir la atención y asistencia integral a mujeres en situación de violencia en el municipio de Capão Bonito/SP. El método investigación - acción incluyó talleres, entrevistas y trabajos de conciliación y sistematización de propuestas de los trabajadores de la red y de la sociedad representada en los consejos. Las entrevistas con mujeres que sufrieron violencia también contribuyeron a la propuesta de red y protocolo. Se logró construir un diseño de red consensuado con las participantes, que se organizó en un protocolo de apoyo y asistencia a mujeres en situación de violencia, que contenía una definición de roles y formas de acción de los servicios y trabajadores. La red y el protocolo fueron difundidos a través de material educativo y eventos para toda la población. Se prevén cursos de capacitación a los trabajadores, con el fin de capacitarlos y mejorar la implementación del protocolo, con el fin de garantizar la calidad de los servicios, ampliando y calificando su capacidad de respuesta.

Palabras clave: Red Intersectorial; Violencia contra la mujer; Atención Integral de Salud; Servicios de Salud.

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher, sob a perspectiva de violência de gênero, tem sido reconhecida como uma questão da saúde coletiva, com fomento ao desenvolvimento de políticas públicas específicas para seu enfrentamento e prevenção¹.

Desde 2010, quando foi realizado o primeiro Panorama de Gênero da

Organização das Nações Unidas (ONU), embora ainda insuficientes, ocorreram relevantes avanços no mundo todo com relação à implementação de reformas jurídicas voltadas à promoção da igualdade de gênero².



Dados do painel da violência do Fórum de Segurança Pública mostram que, no Brasil, 46% das mulheres consideram que não são tratadas com respeito e apenas 7% delas consideram que são respeitadas. Além disso, 68% das mulheres referem ter alguma familiar ou conhecida que já sofreu violência doméstica ou familiar. Elas são frequentemente discriminadas nas relações interpessoais, no local de trabalho, no acesso aos cuidados de saúde e a outros serviços públicos, assim como nas esferas governamentais de tomada de decisão³. Aproximadamente 43% das mulheres já foram vítimas de algum tipo de violência, sendo que 20% foi vítima de violência doméstica². Um terço das mulheres já sofreu algum tipo de violência física, incluindo ameaça com armas, agressões ou estupro. Ainda acordo com o painel de violência contra a mulher do Fórum de Segurança Pública, a maioria das vítimas têm entre 18 e 49 anos e 61% são negras. Cerca de 70% das violências contra as mulheres ocorrem nos domicílios, 54% por companheiro íntimo e 19,4% por ex-companheiro³.

O cuidado à mulher em situação de violência está previsto na Política Nacional de Atenção integral à Saúde das Mulheres que estabelece a necessidade de fortalecimento de ações de prevenção, promoção, assistência e recuperação da saúde, numa perspectiva de gênero e integralidade⁴. Porém, nem sempre, os profissionais de saúde conseguem identificar os sinais da violência, mesmo que as mulheres procurem muitos atendimentos em serviços de saúde antes de revelarem a violência sofrida. Nas situações de procura frequente por atendimento, é usual que sejam consideradas hiper usuárias e que não sejam abordadas sobre o assunto, sobretudo da Atenção Básica⁵.

Entre os pontos de cuidado na rede de saúde, a Estratégia Saúde da Família, que favorece o vínculo entre o profissional de saúde e o usuário, deve ser espaço privilegiado para identificação da violência e acolhimento das vítimas, uma vez que é um contexto em que frequentemente são compartilhadas histórias de vida em que se nota a existência da violência. Na sistematização da Assistência de Enfermagem, especificamente, são

abordados temas como libido e sexualidade, o que pode ser um estímulo para que as mulheres relatem situações de abuso ou violências sofridas.

O setor de Vigilância em Saúde é responsável por receber as notificações de violências e registrá-las no Sistema Nacional de Notificação de Agravos de Notificação. No município de Capão Bonito/SP, a Vigilância Epidemiológica também é o ponto da rede que pode acolher mulheres encaminhadas de outros setores como Pronto Socorro, Instituto Médico Legal e delegacias, principalmente porque as mulheres, às vezes, chegam a esse setor com pouca informação e recursos limitados para lidar com a violência.

Embora existam muitos pontos de cuidado e de assistência que podem identificar a violência e apoiar de alguma forma as mulheres nessa situação, limitações na formação de trabalhadores e nos instrumentos de gestão, entre outros aspectos, podem dificultar as ações que deveriam ser tomadas.

Por ser um fenômeno complexo e de natureza multifatorial, a violência contra a mulher e suas consequências devem ser abordadas pela articulação de ações em rede intersetorial, composta por diferentes organismos de estado ou privados, que devem atuar alinhados para mitigar os danos causados pela violência e promover seu enfrentamento. Uma rede de cuidados se refere ao caminho que o indivíduo irá percorrer para acessar o cuidado integral em diferentes pontos de atenção, desde a atenção primária à especializada, em articulação e integração com as demais políticas públicas⁶.

A construção e ativação de redes intersetoriais pode ser uma atividade bastante complexa. São abundantes as publicações de cadernos, cartilhas, diretrizes e outros documentos que podem não ser úteis se o município não se mobilizar para preparar os seus profissionais e serviços para construir um atendimento integral e intersetorial para mulheres em situação de violência.

Sagot (2005) apresenta o conceito de rota crítica de mulheres em situação de violência, que se refere ao percurso que elas enfrentam ao buscar ajuda, envolvendo serviços de saúde, segurança pública, justiça e assistência social. Arboit et al. (2019) analisaram 21 artigos para identificar evidências acerca da rota crítica e concluíram que a violência grave e o medo ou ameaça

costumam ser impulsionadores dessa rota. A revisão também destacou que a falta de proteção, precariedade da infraestrutura e dos recursos humanos das instituições, a desestruturação da rede e a culpabilização das mulheres são fatores negativos para a resposta institucional¹³.

Dessa forma, protocolos são instrumentos úteis para a gestão do cuidado e têm sido usados para promover a articulação entre os níveis de atenção em redes de saúde e para a organização e funcionamento interno de serviços junto com outros mecanismos, instrumentos, guias e diversas tecnologias^{7,8}.

Os protocolos são fundamentais para orientar o acesso à rede de serviços, definir competências e responsabilidades e, dessa forma, favorecer a implementação de redes e o aprimoramento técnico de seu funcionamento e governança⁶. Esses materiais são guias para apoiar as equipes na realização de seus papéis e para especificar formas de atuação. Normatizam a execução de atividades profissionais voltadas ao cumprimento de objetivos ou metas assistenciais ou de gestão.

Para Merhy, protocolos podem ser considerados tecnologias leve-duras, que são saberes técnico-científicos especificamente estruturados, úteis para orientar ações. Os protocolos permitem que os envolvidos na rede organizem melhor seu processo de trabalho, seguindo fluxos de atendimento, consequentemente melhorando o acesso, qualidade e resolutividade da rede de atenção⁹.

Este artigo relata a construção coletiva de um protocolo municipal de cuidado e assistência às mulheres em situação de violência, assim como as ações realizadas e planejadas para a ativação e aprimoramento da rede a partir do protocolo.

METODOLOGIA

O projeto foi desenvolvido no município de Capão Bonito, localizado no interior a 222 quilômetros da cidade de São Paulo. Possui população estimada de 47 mil habitantes e é conhecida como "Portal da Mata Atlântica".

O protocolo aqui apresentado foi construído com metodologia inspirada na

pesquisa-ação, com o objetivo inicial de implementar o cuidado e assistência à mulher em situação de violência no município de Capão Bonito por meio de estratégias participativas de discussão e de construção coletiva.

Nessa abordagem, o pesquisador se aproxima dos participantes apontando os aspectos teóricos metodológicos e estimulando que os participantes contribuam com suas visões, experiências e propostas no contexto da realidade vivenciada, cooperando com a construção de um projeto coletivo¹⁰.

Nesse sentido, a construção e ativação de uma rede de enfrentamento à violência contra a mulher no município de Capão Bonito como tema do mestrado profissional foi originada a partir de alguns fatores que demonstraram a importância e relevância do estudo. Do ponto de vista dos serviços de saúde, no cotidiano da assistência e reuniões de equipe, a pesquisadora participou de diversas discussões que apontavam a dificuldade em lidar com as questões da violência, como a falta de apoio intersetorial, o que compromete a capacidade de resposta da atenção básica e de toda a rede de cuidado. Esses debates ocorreram desde períodos anteriores ao início do projeto e foram determinantes para sua formulação. A inserção da pesquisadora no conselho municipal de direitos da mulher e a discussão do tema em outros espaços de debate como câmara municipal, salientavam a relevância do projeto. Nas reuniões do conselho e em audiências públicas na câmara dos vereadores, o tema e as ações a serem desenvolvidos no projeto foram legitimadas e permitiram a participação da população no debate e no processo de construção. Destaca-se, portanto, que a implicação da pesquisadora com o processo foi fundamental para a conexão com as necessidades e demandas dos trabalhadores da saúde e da população organizada.

Como subsídio para a definição dos participantes da pesquisa e dos caminhos para a sua construção, foi realizada etapa exploratória, que incluiu revisão de literatura e o estudo de experiências de outros municípios na oferta de cuidado e assistência para mulheres em situação de violência.

A fase exploratória possibilitou a definição de estratégias e de atores chave a serem envolvidos. Pelo fato de ser um município pequeno onde a

pesquisadora atua como enfermeira há 17 anos e tem amplo conhecimento da rede, houve facilidade de acessar diretamente os atores chave para o desenvolvimento do protocolo. Além disso, a gestão municipal adotou a construção do protocolo como parte da política pública do município, o que auxiliou no engajamento da rede de serviços elencados para o estudo. Dessa forma, a composição do grupo de participantes obteve abrangência ampla e os integrantes da rede puderam ser mobilizados para comporem um espaço participativo de rodas de conversa como estratégia central para a produção de dados e das ações no contexto da pesquisa-ação.

Os dados da etapa exploratória foram compartilhados com os participantes no primeiro dia de um ciclo de cinco oficinas. Os participantes foram representantes das seguintes frentes: Secretaria Municipal de Saúde (Santa Casa, Atenção Básica, Ambulatório de Saúde da Mulher, Centro de Atenção Psicossocial), Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social (CRAS, CREAS), Fundo Social de Solidariedade, Casa do Empreendedor (Posto de Atendimento ao Trabalhador, Centro Mais Capacitação), Guarda Civil Municipal, Conselho de Defesa da Mulher, Conselho Tutelar, Secretaria Municipal da Educação, Ministério Público e Delegacia de Defesa da Mulher.

O primeiro encontro com os participantes foi organizado em quatro momentos. Nos dois primeiros momentos a pesquisadora apresentou o problema de pesquisa e houve o alinhamento de interesses. Na sequência houve a apresentação dos resultados da etapa exploratória. Nos momentos seguintes todos foram motivados a apresentarem análise de contexto dos serviços que representavam, a situação de demanda no atendimento à mulher em situação de violência e o tipo de atuação que desempenhavam. Finalmente foram provocados a refletirem sobre as possibilidades de melhorias no cuidado ou assistência prestados. No final do primeiro encontro, todos saíram com a missão de levarem a reflexão para suas equipes nos territórios e foram incumbidos de retornarem para o encontro seguinte com propostas, que deveriam incluir ações de integração intersectorial com os outros pontos da rede.

Na segunda oficina, cada setor apresentou sua realidade no momento e as propostas de melhoria. A pesquisadora registrou o material apresentado e ficou com a tarefa de organizar o conteúdo e de estabelecer proposta

preliminar de articulação entre as propostas dos diferentes serviços.

Na terceira oficina, a proposta preliminar da pesquisadora foi apresentada e debatida, incluindo os apontamentos resultantes das entrevistas com as mulheres, que já estavam em andamento. Nesta e na quarta oficina, os debates foram aprofundados e a pesquisadora elaborou nova sistematização e proposta de fluxograma, que foram apresentados e debatidos na quinta oficina, em que se estabeleceu o consenso da proposta de protocolo e foi pactuado um plano de sustentabilidade e passos futuros para a implementação da rede e aperfeiçoamento contínuo do protocolo.

Seis entrevistas individuais com mulheres que já passaram por alguma situação de violência foram realizadas com o objetivo de compreender as necessidades de atendimento e expectativas de apoio, cujos resultados foram considerados para o desenho do protocolo.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unifesp (parecer 7.174.521). Todas as medidas de garantia de anonimato e de preservação de dados dos participantes foram adotadas.

RESULTADOS

Magnitude do problema

Dados da Delegacia de Defesa da Mulher de Capão Bonito revelam que, no ano de 2022, foram registrados 173 boletins de ocorrência relacionados à violência contra a mulher. Foram 304 casos no ano de 2023 e 289 até 26 de novembro de 2024, indicando elevação nos casos de notificação policial. No entanto, foi constatada subnotificação no campo da saúde, com menos de 20 casos anuais notificados no Sistema de Notificação de Agravos de Notificação, mostrando falta de integração entre a dimensão da segurança pública e da saúde¹⁵.

A falta de notificação pela saúde local tem outras consequências, uma vez que Vigilância Epidemiológica do município de Capão Bonito, além de recolher e analisar as notificações de violências, também realiza alguns atendimentos e coleta de exames. Tratando-se de um município pequeno, esse caráter assistencial do setor de Vigilância é relevante e mitiga casos de revitimização ou desistência do cuidado, pois muitas pessoas podem se

sentir desconfortáveis ao serem encaminhadas para unidades básicas de saúde próximas às suas residências.



Processo de construção do desenho de uma rede de cuidado e assistência à mulher em situação de violência

A comunicação em rede precisa estar bem estabelecida e o trabalho precisa ser realizado de forma articulada e integrada, para que a assistência prestada não revitimiza a mulher. O percurso da mulher em situação de violência possui várias portas de entrada para a rede de atendimento, como os serviços de urgência e emergência da saúde, os serviços de assistência social e também as Delegacias de Defesa da Mulher (DDM), além de outros recursos comunitários que precisam estar entrelaçados para garantir a ela um cuidado integral¹⁶.

Nesse sentido, todos os setores identificados como relevantes foram convidados a indicar pelo menos um participante para o estudo. Participaram trabalhadores da assistência social, educação, segurança pública e defensoria pública e conselho municipal de defesa da mulher, totalizando 18 participantes.

Foram realizados cinco encontros. Nas discussões, os participantes produziram o diagnóstico de que nenhum dos serviços representados tinha uma organização específica para o atendimento às mulheres em situação de violência, nem tampouco algum tipo de protocolo.

O grupo se mobilizou para produzir protocolos internos para os serviços participantes e compor coletivamente o protocolo da rede municipal. As contribuições do grupo foram registradas e sistematizadas pela pesquisadora. O resultado da sistematização foi discutido pelo grupo, buscando identificar as lacunas e necessidades de ajustes.

Foram realizadas seis entrevistas individuais com mulheres de idade entre 21 a 37 anos. Ao tomarem ciência do protocolo que está sendo construído, todas acharam de extrema relevância e demonstraram interesse pelos serviços, principalmente as de menor renda.

Setores identificados como relevantes, mas que não haviam comparecido

nas reuniões, foram procurados individualmente pela pesquisadora, especificamente a promotoria do poder judiciário e delegacia de defesa da mulher.

A sistematização das contribuições resultou em um desenho de rede organizado em um protocolo de rede e de protocolos internos (Figura 1). Produtos de comunicação e de formação foram desenvolvidos para ampliar o conhecimento e o preparo para a favorecer a implantação do Protocolo de Atendimento à Mulher em Situação de Violência do Município de Capão Bonito/SP, permeando toda a rede de serviços possíveis. Foi possível também o mapeamento de quais serviços ainda precisam ser implantados para que esse cuidado seja aprimorado em direção à garantia dos direitos da mulher.

Figura 1. Capa do protocolo de atendimento à mulher em situação de violência no município de Capão Bonito-SP, 2025.



Fonte: Prefeitura Municipal de Capão Bonito/SP – disponível em: <https://capaobonito.sp.gov.br/wp-content/uploads/2025/10/PROTOCOLO-2025.pdf>

Além do protocolo, foram elaborados e utilizados pelo grupo outros produtos técnicos, sendo eles um folder de apoio à mulher em situação de violência (Figura 2), disponibilizado em delegacias, UBSs, Hospital, CRAS, CREAS e casa do advogado, direcionando as mulheres para a rede e um fluxograma municipal intersectorial de atendimento à mulher em situação de violência.

Figura 2. Folder de divulgação da rede intersetorial de apoio e assistência à mulher em situação de violência no município de Capão Bonito-SP, 2025.

VIOLENCIA CONTRA A MULHER

É qualquer tipo de ação danosa baseada no gênero. Essas ações podem acontecer em ambiente doméstico, familiar e em relações íntimas de afeto. Conheça os tipos de violência:

Violência física é quando alguém machuca o corpo de outra pessoa, causando dor e danos à saúde, como agressões físicas e puxões de cabelo.

Violência moral é quando alguém faz comentários ofensivos para humilhar publicamente a vítima, expondo sua vida íntima ou fazendo acusações e xingamentos. Isso pode ocorrer no lar ou trabalho, envolvendo críticas injustas, rumores e ofensas.

Violência patrimonial é quando alguém retém, rouba ou destrói os bens, dinheiro, documentos ou instrumentos de trabalho de uma mulher para controlá-la, incluindo a proibição de acesso a recursos financeiros.

Violência psicológica é quando alguém usa ações para machucar emocionalmente, diminuir a autoestima ou controlar as ações e comportamentos da pessoa, incluindo ameaças, constrangimento, manipulação e chantagem.

Violência sexual ocorre quando alguém realiza atos de natureza sexual sem o consentimento da outra pessoa, como forçá-la a fazer algo que não deseja ou impedir o uso de métodos contraceptivos.

Uma Parceria:

O APOIO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO DE CAPÃO BONITO

Mulher, VIVER SEM VIOLÊNCIA É UM DIREITO. PROCURE AJUDA!

CAPÃO BONITO POR ELAS

CANAIS DE ATENDIMENTO E DENÚNCIA

CREAS - Ligue 354282586

Central de Atendimento à Mulher
Ligue 180 ou fale pelo WhatsApp (61) 961080180

Polícia Militar - Ligue 190

Disque Denúncia - Ligue 181

GCM 8 Ligue 153 ou 354286449

OAB
Ligue ou fale pelo WhatsApp 354282239

AS JUSTICEIRAS - Acesse:
<https://www.justiceiras.org.br/>

PARA SABER MAIS

SERVIÇOS OFERECIDOS

CREAS
Acolhimento, escuta, acesso a programas sociais, direcionamento para rede de serviços.

ATENÇÃO BÁSICA
Cuidado de saúde física e mental, apoio psicológico presencial ou teleconsulta.

FUNDO SOCIAL, CASA DO EMPREENDEDOR E CENTRO MAIS CAPACITAÇÃO
Acesso a cursos de capacitação e encaminhamento ao mercado de trabalho.

EDUCAÇÃO
Prioridades de vagas em escolas e creches.

OAB
Serviços jurídicos gratuitos independente da renda da mulher.

ONDE PROCURAR?
CREAS - Centro de Referência de Assistência Social
AVENIDA MASSAICHI KAKIHARA, N°1540
(15) 3542-2586

DENUNCIE!

PARA SABER MAIS

APONTE A CÂMERA PARA O QR CODE

O ciclo da violência se repete. Não permita que ocorra com você novamente.

Aumento da Tensão: o agressor tece ameaças.

Lua de Mel: o agressor pede desculpas, promete mudar.

Ataque Violento: o agressor parte para a violência.

Fonte: Autoria própria: Protocolo Intersectorial de Atendimento à mulher em situação de violência no município de Capão Bonito/SP.

O Quadro 1 apresenta a estrutura dos serviços antes do estudo e como ficou com a estruturação da rede intersectorial.

Quadro 1. Estrutura e funcionamento dos componentes na rede de cuidado e assistência à mulher em situação de violência no município de Capão Bonito-SP, antes e depois do estudo.

UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	
COMO ERA	COMO FICOU
Ausência de protocolo interno. Sem conexão com outros equipamentos.	Protocolo e formação para notificação, cuidados de saúde física e psicológica, planejamento familiar, para prevenção de ISTs e direcionamento para CREAS e demais serviços.

AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE	
Educação permanente.	
SANTA CASA	
COMO ERA	COMO FICOU
Protocolo incluía IST e contracepção de emergência para vítimas de violência sexual, encaminhamento para B.O. e IML.	Protocolo inclui Notificação, Protocolo ISTs, IML, B.O., Contracepção de emergência, encaminhamento para assistente social e CREAS.
AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE	
Educação permanente.	
CASM	
COMO ERA	COMO FICOU
Nenhum serviço específico para mulheres em situação de violência.	Prioridade em consultas ginecológicas e inserção de DIU, direcionamento para o CREAS.
AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE	
Implantação da notificação compulsória. Educação permanente e continuada com a equipe. Implementar uso de implanon como opção de método anticoncepcional.	
ABORTO LEGAL	
COMO ERA	COMO FICOU
A rede não conhecia e nem sabia conduzir casos de mulheres que necessitassem acessar esse serviço.	Pactuado como referência o Conjunto Hospitalar de Sorocaba, o qual receberá mulheres de Capão Bonito para a realização do procedimento.
AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE	
Protocolo para os profissionais da rede de como direcionar a mulher. Educação continuada e permanente sobre o direito da mulher e redução do julgamento sobre o tema.	
CREAS	
COMO ERA	COMO FICOU
Acolhimento e orientações conforme a demanda.	Acolhimento, escuta, acompanhamento, levantamento de necessidades e direcionamento para a rede conforme a necessidade de cada mulher. Implantação de grupo socioeducativo para homens agressores.
AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE	
Educação continuada da equipe, provocar anualmente rede de serviços para aprimoramento e atualização do protocolo.	
CRAS	
COMO ERA	COMO FICOU
Campanha de orientação Agosto lilás.	Manutenção de ações educativas.
AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE	
Fortalecimento das ações de prevenção primária (educativas e preventivas), buscar parcerias com para que atividades educativas também alcance os homens (ex.: empresas, escolas, cooperativas, etc.).	
FUNDO SOCIAL	
COMO ERA	COMO FICOU
Ausência de protocolo.	Vagas em cursos de profissionalização para mulheres vítimas de violência em qualquer tempo, sem necessidade de aguardar nova turma, doações conforme a necessidade da mulher e seus dependentes.
AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE	
Educação permanente da equipe sobre ética e empatia.	
CASA DO EMPREENDEDOR	

COMO ERA	COMO FICOU
Não ofereciam serviços específicos para mulheres em situação de violência.	Direcionamento para cursos de profissionalização e direcionamento ao mercado de trabalho.
AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE	
Oferecer mais vagas de trabalho para mulheres em situação de violência	
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
COMO ERA	COMO FICOU
Ausência de protocolo.	Implementação de ações de prevenção primária como cultura da paz nas escolas e encaminhamento ao serviço social se suspeição de violência em alguma família.
AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE	
Aumento nas ações educativas e campanhas de não violência, educação continuada com rede de profissionais sobre reconhecimento e a importância de não se calar diante da suspeição de violência doméstica.	
DDM	
COMO ERA	COMO FICOU
Registro de ocorrência e diligências conforme rotina do setor.	Após tomar as medidas cabíveis encaminha mulheres para a rede de serviços – CREAS.
AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE	
Nomeação de delegado (a) exclusivo para a DDM de Capão Bonito.	
GUARDA MUNICIPAL	
COMO ERA	COMO FICOU
Não existia.	Contratação de pessoal com 10% de vagas femininas, compra de veículos e sede em construção, patrulhamento preventivo e ostensivo, auxiliando na prevenção da violência doméstica.
AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE	
Aumentar percentual de vagas femininas para no mínimo 20%, aumentar número de viaturas incluindo o “Patrulhamento Maria da Penha”, novo concurso público para GCM e criar canal de denúncias e botão do pânico.	
OAB	
COMO ERA	COMO FICOU
Existia atendimento, mas com algumas limitações.	Acesso a advogado (a) em todo seu horário de expediente, mesmo que sem agendamento prévio.
AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE	
Manter serviço ativo, incentivar mais advogadas a participarem do curso de formação para atuar na área de violência contra a mulher.	
PODER JUDICIÁRIO	
COMO ERA	COMO FICOU
Pouca comunicação com a rede, apenas diligências ao CREAS.	Encaminhamento de mulheres para a rede de serviços e inclusão da participação em grupo socioeducativo no CRAS na sentença dos agressores.
AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE	
Manter encaminhamentos e boa comunicação com a rede de serviços.	
SETOR DE COMUNICAÇÃO	
COMO ERA	COMO FICOU
Nada além de notícias sobre uma palestra do Agosto Lilás.	Abertura de espaço no site da prefeitura para informações sobre a rede de serviços a mulher em situação de violência, divulgação do protocolo para conhecimento de toda a

	população, atualizações sobre o tema em redes sociais da prefeitura.
AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE	
Criar conteúdos sobre o tema e divulgar periodicamente, manter atualizações em sites e mídias sociais da prefeitura.	
Usar canais de comunicação para promoção da cultura da paz e não violência.	

Fonte: Autoria própria. Protocolo Intersectorial de Atendimento à mulher em situação de violência no município de Capão Bonito/SP.

Para dar maior visibilidade ao protocolo de atendimento à mulher em situação de violência do município de Capão Bonito, foi realizado evento de lançamento apoiado pela Universidade Federal de São Paulo (figura 3). O evento contou com a presença de autoridades locais, membros da Diretoria Regional de Saúde – DRS Sorocaba, profissionais de saúde, serviço social, educação e segurança pública, Casa do Advogado (OAB), Conselho de Defesa da Mulher, cooperativas e comunidade em geral, onde aconteceram apresentações artísticas, palestra sobre violências, apresentação do trabalho construído e discussão de planos futuros.

Figura 3. Evento de lançamento do protocolo de apoio e assistência à mulher em situação de violência no município de Capão Bonito-SP, 2025



Fonte: Arquivo pessoal – 2025.

Planos de Sustentabilidade e avaliação

Encontra-se em fase de implementação um plano de sustentabilidade voltado à garantia da continuidade e ao fortalecimento das ações desenvolvidas no âmbito do cuidado integral às mulheres em situação de violência no município de Capão Bonito. O plano considera a consolidação de estratégias de prevenção primária já iniciadas, incluindo a realização sistemática de rodas de conversa em espaços educacionais e religiosos, com

foco na sensibilização, orientação e conscientização sobre a violência doméstica e familiar, bem como a promoção de reuniões intersetoriais destinadas à rediscussão das ações em curso, à avaliação dos fluxos de atendimento e à identificação de oportunidades de aprimoramento, visando ao aperfeiçoamento contínuo da rede de atenção e proteção às mulheres.

Além disso, a implementação do protocolo inclui a realização de um processo formativo profissional, com o objetivo de qualificar os trabalhadores envolvidos na sua execução e de fortalecer a atuação intersetorial no cuidado às mulheres em situação de violência no município de Capão Bonito. A formação deve abordar a cultura e o preconceito, conceitos e tipificações da violência e os direitos assegurados às mulheres. Devem ser considerados o reconhecimento das diversas formas de violência e as estratégias adequadas de abordagem; aspectos relacionados à escuta qualificada, postura ética e conduta profissional, assim como as possibilidades de cuidado à mulher em situação de violência no contexto do município de Capão Bonito, considerando a organização da rede de atenção e proteção.

A proposta formativa prevê flexibilidade e adequação do conteúdo conforme o público-alvo, de modo a atender às especificidades de cada área de atuação. Para os profissionais da saúde, será incluído o aprofundamento sobre o correto preenchimento da ficha de notificação compulsória; para os profissionais da educação, serão abordadas possíveis alterações comportamentais em crianças e adolescentes decorrentes da vivência ou exposição à violência doméstica; entre outros recortes temáticos pertinentes aos diferentes setores envolvidos.

Esse processo formativo e suas atualizações, a partir das avaliações realizadas, deve ser realizado com periodicidade anual, visando à atualização contínua dos profissionais, à qualificação permanente da rede e à sustentabilidade das ações de enfrentamento à violência contra a mulher no município.

Metas quantitativas

Como metas quantitativas pretende-se mensurar os seguintes resultados:

1. Quantidade de profissionais que participaram do processo

formativo;

2. Quantidade de notificações de violência;
3. Quantidade de mulheres atendidas e encaminhadas para a rede de cuidados;
4. Quantidade de ações de prevenção primária, como rodas de conversas e outras ações sobre o tema em escolas, empresas, igrejas, comunidades, unidades de saúde entre outros locais.

Os dados devem permitir monitorar e aprimorar as ações de enfrentamento à violência contra a mulher no município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória do trabalho mostrou que, no Brasil, embora existam políticas, legislações e diretrizes para o enfrentamento à violência contra a mulher, a implementação de redes efetivas ainda é desafiadora. A construção de relações, fluxos, procedimentos, comunicações e outras formas de construção de serviços e apoio articulados intersetorialmente é complexa e demanda ações políticas, técnicas e educacionais.

Na experiência da pesquisa, obter o apoio da gestão municipal para proporcionar aos participantes a inserção em um processo de construção coletiva horizontal fez com que os membros se motivassem e se engajassem no processo de transformação da rede e de mudança na capacidade de resposta. Com a evolução das discussões em rede durante a trajetória desse estudo, pode-se notar que o trabalho em rede intersetorial constitui um meio de possibilitar a implementação das políticas públicas, otimizando a utilização dos recursos disponíveis em direção à integralidade do cuidado e assistência.

Ouvir as mulheres e trazer os achados dessas narrativas para o grupo, seguindo todos os princípios éticos, foi uma ferramenta riquíssima para o grupo, dados que serão aprofundados em um outro artigo que está em construção.

O grupo julgou que, tão importante quanto a organização da rede, é necessário investir em estratégias de formação e educação periódica e contínua para preparar os profissionais para reconhecer e identificar a violência e suas consequências. Reconhecer os diferentes ciclos, momentos e circunstâncias da violência possibilita ampliar a capacidade de resposta, de acolhimento e de intervenção de acordo com a necessidade da mulher.

Para além dos atendimentos previstos em protocolos, a educação continuada e permanente pode ser uma ferramenta para tornar esses profissionais aptos a reconhecer, inclusive, a ordem patriarcal que orienta a sociedade.

É necessário que a rede setorial se debruce também sobre a oferta de abrigos, o que será um importante passo a desenvolver no avanço no enfrentamento da violência, visto que as mulheres entrevistadas referiram que a falta de acesso à moradia é um dos principais motivos para a perpetuação do ciclo da violência antes.

Construir intersetorialmente um protocolo de funcionamento de rede de cuidado e assistência à mulher em situação de violência foi um desafio, pois se fez necessário ouvir mulheres e elencar parceiros de diversos segmentos a fim de identificar quais são as necessidades dessas mulheres e o que os envolvidos na pesquisa podem colaborar para que esse cuidado se dê de forma integral. Considerando a necessidade de enfrentar os diversos tipos de violência, a construção do cuidado poderá impactar na vida dessas mulheres, prevenindo as consequências das violências, incluindo os feminicídios.

Concluimos que o protocolo permitiu conhecer a rede e as possibilidades de cuidado integral e assistência em diversas áreas, resultando em maior capacidade de resposta, sentimento de engajamento dos trabalhadores no reconhecimento e na oferta de respostas para a violência e suas consequências.

REFERÊNCIAS

1. Vieira EM, Hasse M. Percepções dos profissionais de uma rede intersetorial sobre o atendimento a mulheres em situação de violência. Interface (Botucatu)

[Internet]. 2017 [acesso 20 maio 2025];21(60):52-62. doi:10.1590/1807-57622015.0357.

2. Brasil. Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. 2010 [acesso 20 maio 2025]. 52p. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/sobre/publicacoes/publicacoes/2010/PactoNacional_livro.pdf
3. Bueno S, Martins J, Lagreca A, Sobral I, Barros B, Brandão J. O crescimento de todas as formas de violência contra a mulher em 2022. Em: Fórum Brasileiro De Segurança Pública. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, p. 136-45, 2023 [acesso 10 maio 2025]. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>
4. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Princípios e Diretrizes. 1ª ed. 2ª reimpr. Brasília: Editora do Ministério da Saúde; 2011.
5. Kind L, Orsini MLP, Nepomuceno V, Gonçalves L, Souza GA, Ferreira MFF. Subnotificação e (in)visibilidade da violência contra mulheres na atenção primária à saúde. Cad Saude Publica. 2013 [acesso 20 jan. 2017];29(9):1805-15 [Internet]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2013000900020&lng=en. doi:10.1590/0102-311X00096312.
6. Tofani LF, Furtado LACF, Guimães CF, Fe DGCF, Silbs GR, Bragagnolo LM, et al. Caos, organização e criatividade: revisão integrativa sobre as Redes de Atenção à Saúde. Temas Livres Cienc Saude Colet. 2021;26(10):4769-82.
7. Cordeiro GFT, Santos TM, Ferreira RGS, Guljor APF, Peters AA, Peres MAA. Protocolos para atendimento de saúde mental na atenção primaria: subsídios para a transformação da assistência. Cogitare Enferm. 2022;27:e82680.
8. Azevedo CS, Miranda LSMC, Graboio V, Matta G, Cunha M. Entre protocolos e sujeitos: qualidade do cuidado hospitalar em um serviço de hematologia. Cad Saude Publica. 2018;34(6):e00043817. doi:10.1590/0102-331X00043817.
9. Merhy EE. Saúde: a cartografia do trabalho vivo 2ª ed. São Paulo: Hucitec; 2005.
10. Thiollent M. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez; 2008.
11. Sagot M. The Critical Path of women affected by family violence in Latin America. Violence Against Women. 2005;11(10):1292-318. doi:10.1177/1077801205280189;
12. Araújo MJO. Papel dos governos locais na implementação de políticas de saúde com perspectiva de gênero: o caso do Município de São Paulo. São Paulo; 1998.
13. Arboit J, Padoin SMM, Paula CC. Critical path of women in situation of violence: an integrative literature review. Rev Bras Enferm. 2019;72(Suppl 3):321-32. doi:10.1590/0034-7167-2018-0265.
14. Brasil. Ministério da Saúde. Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Brasília: Ministério da Saúde; 2024.
15. Machado DF, et al. Violência contra a mulher: o que acontece quando a Delegacia de Defesa da Mulher está fechada? Cienc Saude Colet. 2020;25(2):483-94.